

# Cartografia do Brasil para o século 21

MAPAS ESTAMPAM O PAÍS DIVIDIDO EM 11 MACROPÓLOS E 9 MACROEIXOS

JOSÉ ELI DA VEIGA

Quem precisar de um mapa econômico do território brasileiro logo descobrirá que existem dois. Um deles estampa 11 áreas de influência de macropólos. O outro mostra 9 espaços definidos por macroeixos. Duas composições tão divergentes, e tão importantes para o desenvolvimento, que deveriam merecer mais atenção da mídia e de formadores de opinião.

Macropólos são as aglomerações urbanas que funcionam como centros de gravidade do sistema econômico. A principal influência, de São Paulo, atinge a melhor parte do Sul de Minas, o Triângulo Mineiro, o Sudoeste Goiano e todo o Estado de Mato Grosso do Sul. No outro extremo, Manaus também centraliza imensa área geográfica, só que insignificante do ponto de vista econômico. Os Estados de Alagoas, da Paraíba e metade do Rio Grande do Norte vinculam-se a Recife, assim como o Piauí a Fortaleza, e o Maranhão a Belém. O Espírito Santo só poderia estar mesmo na órbita do Rio de Janeiro, que também abarca uma boa fatia

mineira, composta pela Zona da Mata e pedaço do Sul. A dupla Brasília/Goiânia estende seus tentáculos desde o Noroeste Mineiro até Porto Velho. Sobra para Belo Horizonte apenas seu entorno industrial e algumas áreas atrasadas. Além disso, os raios de ação de Curitiba e Porto Alegre racham ao meio o Estado

de Santa Catarina. E é só na Bahia que o contorno estadual coincide com a esfera de influência de Salvador, pois a inclusão de Petrolina quase não altera o mapa.

Essa imagem foi tomada pela melhor equipe de especialistas brasileiros em economia regional, pertencente a um laboratório mineiro que precisa ser muito mais conhecido: o Cedeplar/UFMG. E resultou de minuciosa análise de dados do IBGE e do Ipea, com a ajuda das mais modernas técnicas de estudos espaciais.

Macro-eixo é a vertente logística que pode articular uma economia regional aos mercados internacionais. Foi a experiência de empresas exportadoras de matérias-primas – como a Vale do Rio Doce – que o transformou em alternativa a outros vetores de planejamento, como o pólo. Essa idéia foi adotada pelo programa “Brasil em Ação”, gerenciado pelo Ministério do Planejamento, depois de ter sido bem reciclada por um consórcio formado pela

Booz Allen & Hamilton, Bechtel International e Banco ABN-AMRO, sob contrato do BNDES. Um trabalho que resultou em nove espaços bem de

iguais, tanto em extensão, quanto em densidade socioeconômica. Entre a imensa “Rede Sudeste” e o minúsculo “Arco Norte” intercalam-se as regiões “Sul”, “Transnordestina”, “São Francisco”, “Sudoeste”, “Oeste”, “Araguaia-Tocantins” e “Madeira-Amazonas”.



A vocação logístico-exportadora desses nove macroeixos pode ser entendida como uma espécie de contraponto prospectivo ao realismo fotográfico dos macropólos. Sua missão seria a de gerar um impulso desconcentrador contrário à tendência aglomerativa dos macropólos. Tudo dependeria do perfil dos investimentos em infra-estrutura e, particularmente, do redimensionamento da malha viária nacional. Com isso, as atuais forças centrífugas dos 11 macropólos seriam em parte contrabalançadas pelas centrípetas de alguns dos nove macroeixos, melhorando a configuração territorial da economia brasileira.

Mas todo esse otimismo também faz parte da visão unicamente econômica que aprisiona os dois esforços de regionalização. São abordagens avessas às características dos biomas e ecossistemas, mesmo que a segunda venha a absorver restrições impostas por futuras avaliações de impactos ambientais. A delimitação das áreas de influência dos macroeixos res-

pondeu antes de tudo ao sistema de transporte, depois à distribuição dos focos dinâmicos da rede urbana, e só em último lugar ao que foi vagamente chamado de “condicionantes ambientais”. Uma concepção que deve ser considerada retrógrada, pois não atende sequer às mais vulgares interpretações da tão idolatrada noção de “desenvolvimento sustentável”.

Não é de estranhar, portanto, que o texto orientador das discussões sobre a Agenda 21 Brasileira, aprovado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, tenha tomado distância da regionalização prospectiva aceita pelo Ministério do Planejamento. Mesmo que de forma tímida e canhestra, esse documento propõe uma reavaliação do significado de cada eixo para o desenvolvimento regional. Uma reavaliação que certamente poderá basear-se no programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) iniciado pela extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e agora sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Muito mais que um estudo das condições ecossistêmicas e socioeconômicas de determinada região, o ZEE pretende ser instrumento de negociação e de ajuste entre diversas propostas de desenvolvimento. E é só com esse tipo de procedimento que o Brasil poderá ter uma cartografia que de fato corresponda às necessidades deste início de século.

■ José Eli da Veiga é professor-titular de Economia e Ciência Ambiental da USP ([www.fea.usp.br/professores/zeeli/](http://www.fea.usp.br/professores/zeeli/))

**Documento propõe reavaliar significado de cada eixo para o desenvolvimento regional**